



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1001905-05.2013.8.26.0281

Registro: 2018.0000274302

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1001905-05.2013.8.26.0281, da Comarca de Itatiba, em que é apelante DIEGO CASSIO NUNES, são apelados DINA ALVES DE SOUZA, ANA FLÁVIA DE SOUZA SHIHOMATSU, FABIO AUGUSTO DE SOUZA e ERICA REGINA DE SOUZA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente sem voto), BONILHA FILHO E RENATO SARTORELLI.

São Paulo, 17 de abril de 2018.

Antonio Nascimento

Relator

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1001905-05.2013.8.26.0281

1ª Vara Cível da Comarca de Itatiba/SP

Apelante: DIEGO CÁSSIO NUNES

Apelados: DINA ALVES DE SOUZA, ÉRICA REGINA DE SOUZA, ANA FLÁVIA DE SOUZA SHIHOMATSU e FÁBIO AUGUSTO DE SOUZA

MM. Juíza de Direito: Drª. RENATA HELOÍSA DA SILVA SALLES

VOTO Nº 21.575

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS – RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE VEÍCULO. *Responsabilidade civil subjetiva. Culpa do réu, que tentou realizar ultrapassagem perigosa, provocando a colisão com o veículo das vítimas, vindo a lhes causar danos. Danos emergentes evidenciados. Danos morais. Cabimento. Indenização. Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Manutenção do julgado. RECURSO DESPROVIDO.*

A sentença de fls. 311/318, proferida nos autos da **ação de indenização** decorrente de acidente de trânsito, proposta por **Dina Alves de Souza, Érica Regina de Souza, Ana Flávia de Souza Shihomatsu e Fábio Augusto de Souza** contra **Diogo Cássio Nunes**, julgou **parcialmente procedente** o pedido dos autores, para condenar o réu: **a)** ao pagamento da quantia de R\$ 50 mil, a título de danos morais, com correção monetária desde sua prolação e juros de mora do evento danoso (30/05/2010), observada a possibilidade de abatimento de indenização eventualmente percebida a título de seguro obrigatório; **b)** à reparação pelos danos materiais sofridos, no importe de R\$ 780,00, com correção monetária a partir dos recibos e juros de mora legais, contados da citação; **c)** ao pagamento das verbas de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1001905-05.2013.8.26.0281

sucumbência, inclusive honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação.

Não se resignando com o desfecho dado à controvérsia, o réu interpôs, a fls. 320, recurso de apelação, vindo a arrazoá-lo a fls. 321/325. O apelante não refuta sua culpa pelo acidente de trânsito. Aduz, porém, que não há fundamento jurídico para a fixação de dano moral, pois, segundo seu entendimento, não há se falar em dano moral reflexo, ou seja, não resultante diretamente do evento danoso.

O recurso é tempestivo e preenche os requisitos legais para sua admissibilidade. Contrarrazões a fls. 331/335.

É o relatório.

Cuidam os autos de **ação de indenização por danos morais e materiais** decorrente de acidente de trânsito. Relatam os autores, em síntese, que em 30/05/2010, **José Flávio de Souza** e **Dina Alves de Souza** trafegavam com seu veículo pela Rodovia Engenheiro Gustavo Cintra, quando sofreram colisão frontal com o automóvel conduzido pelo requerido. Imputam a este a culpa pelo sinistro, já que transitava pela contramão, manobra proibida, tentando ultrapassar outro veículo. Afirmam que em razão do acidente, **José Flávio** veio a óbito. Requerem, ao final, a condenação do requerido ao pagamento de indenização por danos materiais (R\$ 780,00) e morais (R\$ 500.000,00).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1001905-05.2013.8.26.0281

Ao sentenciar o feito, a MM Juíza de Direito julgou procedente em parte o pedido dos autores.

Está incontroversa nos autos a culpa exclusiva do requerido pelo sinistro de trânsito, pois ingressou inadvertidamente na pista, em sentido contrário, interceptando a trajetória do veículo que provinha daquela faixa, na correta mão de direção.

Sendo esta a sucessão fática, não há dúvida quanto à conclusão de ter o correquerido com clara violação do dever de cuidado, tendo, inclusive, infringido normas expressas de trânsito. Registre-se, a propósito, o disposto no art. 32 do CTB:

O condutor não poderá ultrapassar veículos em vias com duplo sentido de direção e pista única, nos trechos em curvas e em aclives sem visibilidade suficiente, nas passagens de nível, nas pontes e viadutos e nas travessias de pedestres, exceto quando houver sinalização permitindo a ultrapassagem.

A responsabilidade civil, pelo nosso ordenamento jurídico, exige a tríplice concorrência do prejuízo à vítima, do ato culposo do agente e do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do agente (art. 186 do atual Diploma Civil). Em outras palavras: para que se configure o dever de indenizar é indispensável que o prejuízo guarde etiologia com a culpa do agente.

Nos termos do substancioso laudo pericial de fls. 289/300, ficou claro o nexo causal entre o acidente de trânsito e os traumas abdominais sofridos por **José Flávio**, os quais, infelizmente, o levaram a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1001905-05.2013.8.26.0281

óbito.

Com efeito, a inexorável conclusão a que se chega é de que a ação do apelante foi a causa do acidente. Deve ele, por isso, reparar o dano, nos termos do art. 927 do Cód. Civil.¹

A questão controvertida remanesce, portanto, somente quanto aos danos – materiais, morais – decorrentes do acidente de trânsito.

Preceitua o art. 402 do Cód. Civil vigente que: *"Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar."*

No que diz respeito aos danos materiais, referida matéria não foi trazida a lume nas razões recursais. E, de fato, está devidamente comprovado nos autos o dano emergente, correspondente ao pagamento do guincho e estadias do veículo das vítimas (fls. 46).

Igualmente, a caracterização do dano moral é evidente, haja vista a perda prematura do pai dos autores, arrimo da família, e se agrava diante das circunstâncias em que se deu o ocaso da vida de **José Flávio**, em trágico acidente automobilístico, como consequência da imprudência do acionado.

¹ Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1001905-05.2013.8.26.0281

No tocante à mensuração da indenização, a resposta pode ser encontrada na seguinte ementa de aresto do Superior Tribunal de Justiça:

*“Para se estipular o valor do dano moral devem ser consideradas as condições pessoais dos envolvidos, evitando-se que sejam desbordados os limites dos bons princípios e da igualdade que regem as relações de direito, para que não importe em um prêmio indevido ao ofendido, indo muito além da recompensa ao desconforto, ao desagrado, aos efeitos do gravame suportado”.*²

Diante desse quadro, o magistrado, para fixação do justo montante, deve se pautar pelos princípios da proporcionalidade e razoabilidade das medidas coercitivas.³

Forçoso convir, assim, que a importância arbitrada em 1º grau se releva consentânea com os fatos narrados e os dissabores sofridos pelos autores, motivo por que não há se falar em reforma do julgado.

Fica, assim, mantida a r. sentença, inclusive quanto aos ônus de sucumbência (STJ, Súmula 326).

Por fim, está prejudicado o despacho de fls. 338, na medida em que o valor do preparo, no caso concreto, deve ter por base somente o interesse econômico devolvido a esta instância recursal.

2 STJ – 4ª Turma – Resp 214.053/SP – Rel. Min. **Cesar Asfor Rocha** – J. 5/12/2000 – v.u.

3 TJSP – 34ª Câmara de Direito Privado – Apelação Com Revisão nº 0040085-97.2001.8.26.0000 – Rel. Des. **Nestor Duarte** – J. 17/05/2006.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 1001905-05.2013.8.26.0281

Postas essas premissas, **nega-se**
provimento ao recurso.

Antonio (Benedito do) Nascimento
RELATOR